

1

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

2

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 23/07/2015

3 Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e vinte e quatro
4 minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SESAU), deu-se início
5 a 6ª (sexta) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2015, com a presença
6 dos membros: **SESAU**: Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Estado do
7 Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB); Luciana Ferreira Marques das
8 Silva/Diretora de Gestão da Vigilância em Saúde; Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de
9 Planejamento do SUS; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle, Regulação, Avaliação e
10 Auditoria; Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana/Superintendente de Formação e Regulação do
11 Trabalho; Raquel M. Soares Santana/Enfermeira da Área Técnica Hospitalar da Diretoria de Atenção
12 Especializada; Robson José da Silva/Gerente da Rede de Prevenção, Diagnóstico, e Tratamento do
13 Câncer; Andrea Siqueira Montalvã/Gerente de Ciclo de Vida. **COSEMS**: Vânio Rodrigues de
14 Sousa/Presidente do COSEMS e SMS de Dueré; Irineuda Cosmo Leite Palma/SMS de Pium e
15 Diretora Financeira do COSEMS; Fabrício Alves Segura/SMS de Araguanã e Diretor de
16 Descentralização e Regionalização do COSEMS; Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e
17 Diretor Adjunto Administrativo do COSEMS; José Nelson Brito da Silva/SMS de Ananás e
18 Conselheiro Fiscal do COSEMS; Juliano Ribeiro Souza/SMS Natividade e Diretor Administrativo do
19 COSEMS; Maria da Conceição Nunes Brito/SMS de Cristalândia e Diretora Adjunta de Comunicação
20 do COSEMS; Rafael Dias Matos Araújo/SMS de Araguatins; Luiz Carlos Alves Teixeira/SMS de
21 Palmas. O Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB, Sr. Samuel Braga
22 Bonilha abriu os trabalhos apresentando o que segue: **Pontos de Pauta para Pactuação e**
23 **Aprovação**: **ITEM 1 – Pactuação e Aprovação da Pauta**: Pauta aprovada pela plenária. **ITEM 2 –**
24 **Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 18**
25 **de junho de 2015**: Item 2 aprovado pela plenária. **ITEM 3 – Pactuação e Aprovação do**
26 **Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para municípios na Programação Pactuada**
27 **e Integrada da Assistência (PPI)/2015 do Estado do Tocantins**: O expositor, Técnico da Supervisão
28 da PPI, Sr. Joatan Silva de Jesus informou o remanejamento de tetos físicos e financeiros do
29 município de Araguaína, na modalidade ambulatorial, retirando três procedimentos do município de
30 Araguaína (Gestão Municipal) para o município de Araguaína (Gestão Estadual), no valor favorável
31 de R\$6.300,00 (seis mil e trezentos reais)/ano. Item aprovado pela plenária. **Pontos de Pauta para**
32 **Apresentação e Homologação**: **ITEM 4 – Homologar as seguintes propostas da Secretaria**
33 **Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite (CIES/CIB-**
34 **TO)/ETSUS/SESAU**: **4.1 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº. 04/2015, de 25 de junho de 2015, que**
35 **Dispõe sobre a Proposta de Inclusão do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins para**

36 compor a Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do
37 Tocantins (CIES/CIB-TO); 4.2 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº. 05/2015, de 25 de junho de 2015,
38 que Dispõe sobre a Proposta do Projeto – Curso de Capacitação de Cirurgiões Dentistas da Rede de
39 Atenção à Saúde do Estado do Tocantins no Protocolo de Avaliação do Frênuco Lingual ou “Teste da
40 Linguinha”: A Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO, Sra. Inez dos Santos Gonçalves esclareceu que
41 esta proposta tem como público-alvo os cirurgiões dentistas que trabalham na rede hospitalar, sendo
42 que, cada dentista capacitado será multiplicador dentro de sua Unidade Hospitalar. Ressaltou que na
43 reunião da CIES foi solicitada análise da possibilidade de participação nesta capacitação de todos os
44 hospitais da rede que estão sob Gestão Municipal, e ainda aqueles que são filantrópicos. Porém,
45 esclareceu que estes hospitais não possuem cirurgião dentista em sua equipe hospitalar. Deste
46 modo, será apenas para os hospitais que estão sob Gestão Estadual. 4.3 – CONSENSO CIES/CIB –
47 TO Nº. 06/2015, de 25 de junho de 2015, que Dispõe sobre a Repactuação Financeira de PEP para
48 Execução do Projeto – Curso de Capacitação de Cirurgiões Dentistas da Rede de Atenção à Saúde
49 do Estado do Tocantins no Protocolo de Avaliação do Frênuco Lingual ou “Teste da Linguinha”: A
50 Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO, Sra. Inez dos Santos Gonçalves informou que o recurso a que
51 se refere este consenso é uma repactuação de sobra de recurso do Programa de Formação de
52 Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS). 4.4 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº.
53 07/2015, de 25 de junho de 2015, que Dispõe sobre a Proposta do Curso – Atenção Integral às
54 Doenças Prevalentes na Infância – AIDIPI Neonatal; A Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO, Sra.
55 Inez dos Santos Gonçalves afirmou que esta proposta será realizada pela Diretoria de Atenção
56 Primária. 4.5 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº. 08/2015, de 25 de junho de 2015, que Dispõe sobre
57 a Repactuação Financeira de PEP para Execução do Curso – Atenção Integral às Doenças
58 Prevalentes na Infância – AIDIPI Neonatal; A Superintendente de Formação e Regulação do
59 Trabalho, Sra. Márcia Valéria R. de Q. Santana esclareceu que a área técnica está seguindo uma
60 orientação do Ministério da Saúde que determina que os recursos do PROFAPS serão utilizados
61 apenas para capacitação de pessoal com formação em Nível Médio, e recursos do Programa de
62 Educação Profissional (PEP) poderão ser utilizados para profissionais de qualquer nível de formação.
63 Destacou que a intenção do Ministério da Saúde é garantir que os profissionais de Nível Médio
64 realmente sejam capacitados, e não sendo utilizados os recursos apenas com profissionais de Nível
65 Superior. 4.6 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº. 10/2015, de 10 de julho de 2015, que Dispõe sobre a
66 Proposta do Curso Processos Educacionais para o Fortalecimento e Qualificação da Gestão de
67 Saúde e repactuação de recursos financeiros de PEP para sua execução; A Secretaria Executiva da
68 CIES/CIB-TO, Sra. Inez dos Santos Gonçalves afirmou que esta proposta ficará na responsabilidade
69 da Superintendência de Planejamento do SUS. Afirmou que para esta proposta foi feita a
70 repactuação de sobra de recurso, para capacitar todo o pessoal da gestão, do nível técnico à gestão,
71 no que se refere aos Instrumentos de Gestão. A Superintendente de Formação e Regulação do

72 Trabalho, Sra. Márcia Valéria R. de Q. Santana afirmou que o CONSENTO CIES/CIB – TO Nº.
73 10/2015 está interligado ao CONSENTO CIES/CIB-TO Nº. 09/2015, que está no subitem 11.1, deste
74 modo, solicitou a antecipação deste subitem da pauta. 11.1 – RESOLUÇÃO – CIB Nº. 058/2015, de
75 13 de julho de 2015, Ad Referendum que Dispõe sobre o CONSENTO CIES/CIB-TO Nº. 09/2015, de
76 10 de julho de 2015, que Dispõe sobre aprovação da necessidade de curso de Pós-Graduação Lato
77 Sensu, em nível de Especialização em Medicina Intensiva, e repactuação de recursos financeiros de
78 PEP para sua operacionalização: A Superintendente de Formação e Regulação do Trabalho, Sra.
79 Márcia Valéria R. de Q. Santana esclareceu que o Curso de Processos Educacionais (CONSENTO
80 CIES/CIB – TO Nº. 10/2015), havia sido previsto anteriormente com recursos do PROFAPS para os
81 gestores municipais, deste modo, apenas os gestores e técnicos que possuem nível médio poderiam
82 participar. Sendo assim, com esse alinhamento à visão do Ministério da Saúde, está sendo solicitada
83 neste momento a repactuação o recurso para o PEP, de modo que sejam atendidos todos os técnicos
84 e gestores municipais. Em seguida, referente ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de
85 Especialização em Medicina Intensiva (CONSENTO CIES/CIB-TO Nº. 09/2015), esclareceu que este
86 recurso é sobra do recurso de um MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais, do qual
87 foram retirados R\$322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais) para a qualificação de 10 (dez)
88 profissionais médicos, e os R\$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) restantes dos R\$456.000,00
89 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), estão sendo repactuados para a demanda do
90 CONSENTO CIES/CIB – TO Nº. 10/2015. Item 4, com seus respectivos subitens, homologado pela
91 plenária. E, subitem 11.1 homologado pela plenária. Pontos de Inclusão de Pauta para Pactuação
92 e Aprovação: ITEM 5 – Pactuação e Aprovação da Ampliação do Projeto de Fortalecimento da
93 Política de Saúde do Trabalhador em Municípios Prioritários no Estado do Tocantins: A Gerente de
94 Saúde do Trabalhador, Sra. Salete Teresinha Rauber Klein informou que esta proposta foi
95 apresentada e consensuada nas reuniões de Comissões Intergestores Regionais (CIR) do mês de
96 junho. Informou que esta descentralização da saúde do trabalhador visa fortalecer a Vigilância em
97 Saúde, e vem acontecendo desde 2010, repassando recursos através de convênio. Destacou ainda
98 que existem alguns critérios para eleição dos municípios, dentre eles o populacional, perfil
99 epidemiológico, perfil produtivo. Ressaltou que este recurso é apenas um incentivo, deste modo não
100 sendo um recurso que ficará incorporado ao teto, nem será definitivo, pois é um recurso pontual e
101 anual para que o município monte uma sala de trabalho e uma equipe, com vistas a fortalecer a
102 ações de vigilância em saúde do trabalhador. Afirmou que mesmo que não exista repasse de recurso
103 para um ou outro município, não implica que o município não tenha sua responsabilidade em realizar
104 as ações em saúde do trabalhador. Informou que é repassado pelo Ministério da Saúde ao Centro de
105 Referência Estadual em Saúde do Trabalhador (CEREST) o valor de R\$480.000,00 (quatrocentos e
106 oitenta mil reais) por ano, para fortalecimento da saúde do trabalhador no Estado. Reforçou que o
107 repasse de recursos aos municípios será por meio de convênio, a título de incentivo, em cota única

este ano, para aquisição de equipamentos conforme projeto. Esclareceu acerca dos critérios de seleção dos municípios informando: Cobertura de município por Região de Saúde; População, preferencialmente municípios acima de 5.000 (cinco mil) habitantes; Estrutura e equipe de vigilância em saúde organizada; Notificação compulsória já existente de agravos referentes à Saúde do Trabalhador; Perfil produtivo potencialmente nocivo à saúde dos trabalhadores (independente da população); Indicadores epidemiológicos relevantes à Saúde do Trabalhador; Grande extensão territorial; e, População trabalhadora vulnerável do campo, da floresta e das águas, este é uma interface com a Política Nacional de Saúde para essas populações. Sobre este ultimo critério mencionado, a expositora citou a grande vulnerabilidade em boa parte dos municípios quanto à exposição a agrotóxicos. Informou as ações da área técnica do Estado neste projeto: Estão planejadas Capacitações em Serviço ao longo do período nas Regiões de Saúde, para orientação quanto às metas estabelecidas, para as equipes de saúde e controle social, já previsto na Programação Anual de Saúde (PAS) deste ano, e já iniciam em agosto, e serão tanto para os municípios que aderiram em etapas anteriores, quanto aos que aderiram este ano; Realização de acompanhamento da utilização correta dos recursos, através do Departamento Financeiro da SESAU; Colaboração no planejamento e realização das ações; e, Divulgação das ações aos trabalhadores e comunidade em geral. Informou as metas para o interstício 2015-2017: 17 (dezessete) novos Núcleos de Vigilância em Saúde do Trabalhador (NUSAT) implantados, com a intenção de descentralizar a saúde do trabalhador; No mínimo 17 (dezessete) servidores e 17 (dezessete) representantes do controle social capacitados para o desenvolvimento das ações; e, 34 (trinta e quatro) ações de assessoramento aos municípios com NUSAT novos (02 supervisões por município) *in loco* ou por meio de instrumentos de acompanhamento, realizadas no biênio. Informou como acontece a Avaliação do Andamento do Projeto: SEMESTRAIS – relatórios de supervisões e assessoramentos realizados pela equipe da Gerência de Saúde do Trabalhador; TRIMESTRAIS – análise de relatórios de atividades enviados pelo município, que deverão conter as ações programadas e executadas, a evolução de indicadores, os resultados alcançados, e os entraves/dificuldades. E, ANUAL – cumprimento de metas da Programação das Ações de Vigilância em Saúde (PROG-VS): 1) realização de diagnóstico de saúde do município conforme modelo padrão; e, 2) inserção de ações de ST no Plano Municipal de Saúde. Quanto ao recurso investido, informou que é no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) por município este ano, e provém da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST/MS). E, o critério se dá para a distribuição igualitária para todos em uma única parcela no período. Totalizando assim, para os 17 (dezessete) municípios, o valor de R\$204.000,00 (duzentos e quatro mil reais). Destacando que este recurso será para equipar o local de trabalho da saúde do trabalhador no município, enfatizou que não são contempladas despesas com construções e/ou reformas prediais, locações de veículos, aluguel de imóveis, passagens áreas, terrestres e fluviais, combustível, contratação e/ou salários de servidores e

144 diárias. Informou que os municípios incluídos nesta fase do projeto por Região de Saúde em 2015:
145 Bico do Papagaio - Ananás e Aguiarnópolis; Médio Norte Araguaia – Goiatins e Xambioá; Cerrado
146 Tocantins-Araguaia - Itacajá e Colméia; Cantão - Divinópolis e Araguacema; Capim Dourado - Rio
147 Sono e Novo Acordo; Amor Perfeito - Silvanópolis, Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins; Ilha
148 do Bananal - Peixe e Alvorada; e, Sudeste - Arraias e Paranã. Informou que hoje existem 20 (vinte)
149 municípios com NUSAT, considerando que alguns municípios já receberam recursos de investimento
150 e também para custeio de ações. Esclarecendo que estes municípios incluídos nesta fase receberão
151 apenas o recurso de investimento, e a proposta é de que no próximo ano recebam mais um recurso
152 para custeio de ações. Ressaltou que o município de Pium seria incluído nesta fase, mas como não
153 pôde aderir neste momento, foi substituído pelo município de Divinópolis, então, apesar de não estar
154 na reunião da CIR em que este projeto foi consensuado, após contato e confirmação por parte do
155 Secretário, o mesmo foi incluído. Apresentou os contatos da Equipe da Gerência de Saúde do
156 Trabalhador: 3218-3379, 3218-4886, saudetrabalhadorto@gmail.com, e [http://www.cerest-](http://www.cerest-tocantins.com)
157 [tocantins.com](http://www.cerest-tocantins.com). Item aprovado pela plenária. **ITEM 6 – Pactuação e Aprovação da Atualização da**
158 **Tabela Municipal de Complementação da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO: A Diretora**
159 **de Regulação, Controle e Avaliação/SMS de Palmas, Sra. Haidée Campitelli Vasques informou que o**
160 **município de Palmas está com dificuldades na contratualização de alguns serviços que o município**
161 **não oferta, deste modo estão sendo “melhorados” alguns valores na tentativa de se conseguir**
162 **prestadores. Afirmou que dentro da Tabela do SUS a coleta de material biológico não tem valor, é um**
163 **procedimento da Atenção Básica, mas os laboratórios do município são terceirizados e quem faz a**
164 **sorologia é o laboratório municipal. Deste modo, para não trazer nenhum transtorno para o usuário o**
165 **município de Palmas está propondo o valor de R\$2,00 (dois reais) por coleta para que o laboratório**
166 **faça a coleta e entregue no laboratório municipal. E, a fim de melhorar a informação, o município está**
167 **complementando em R\$1,00 (um real) o valor do procedimento de VDRL p/ Detecção de Sífilis em**
68 **Gestante, para incentivar os laboratórios a lançar a informação de forma correta, mesmo que o**
169 **médico ou o enfermeiro não coloque na guia, conseguindo identificar que é para gestante. E citou os**
170 **procedimentos em Gastroenterologia, Colonoscopia (Coloscopia) e Esofagogastroduodenoscopia.**
171 **Informou que o valor dos procedimentos Citopatológicos passa a ser de R\$10,00 (dez reais). Citou a**
172 **Histeroscopia Diagnóstica que pelo SUS pode ser diagnóstica ou cirúrgica, e a biópsia entraria como**
173 **um procedimento cirúrgico, porém afirmou que no ato da Histeroscopia Diagnóstica pode ser feita a**
174 **biópsia. Apontou nos procedimentos em Cardiologia: o Ecocardiografia Transtorácica**
175 **(ecocardiograma), o Holter 24hs e o Teste de Esforço. E, citou ainda a correção no valor de**
176 **complementação do procedimento de Uretrocistografia (em adulto), que na tabela anterior saiu**
177 **errado: onde se lê R\$210,00 (duzentos e dez reais), passa a se lê: R\$247,89 (duzentos e quarenta e**
178 **sete reais e oitenta e nove centavos). O Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da**
179 **CIB, Sr. Samuel Braga afirmou que os municípios referenciados para Palmas não terão condições de**

180 fazer a complementação desta tabela. A Sra. Haideé informou que eles já não fazem desde 2012. E,
181 a Sra. Ludmila Nunes afirmou que acontecerá uma Reunião de Câmara Técnica da CIB para discutir
182 este assunto. O Secretário Municipal de Saúde de Palmas, Sr. Luiz Carlos Alves Teixeira informou
183 que esta solicitação é referente a procedimentos que não estão sendo realizados por que o município
184 não tem prestadores. Deste modo, busca-se realinhar a tabela na tentativa de se conseguir
185 prestadores que queiram atender o mercado dentro desses valores. Sendo assim, considerou que na
186 Reunião da Câmara Técnica será verificado quem poderá pagar e de que maneira. Ressaltou que o
187 município está tentando ofertar os serviços, citando as várias demandas judiciais que têm chegado ao
188 município. A Sra. Haideé afirmou que, em resposta a uma proposta colocada inicialmente na Câmara
189 Técnica, o Estado está fazendo um estudo do valor de repasse aos municípios, para que, a partir daí
190 os próprios municípios façam o convênio com Palmas ou outros municípios. O Sr. Samuel afirmou
191 que a Sra. Luiza Regina lhe apresentou o valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais)/ano, com
192 25% (vinte e cinco por cento) de impacto, e para o Estado atender todos os municípios seria feito o
193 repasse de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para os regionais, isso sendo apenas de
194 complemento. Item aprovado pela plenária. **ITEM 7 – Pactuação e Aprovação das seguintes**
195 **propostas do município de Pium – TO:** **7.1 – Proposta de Projeto Nº. 12059635000/1150-01 para**
196 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte Nestor da**
197 **Silva Aguiar e Laboratório Municipal Manoel Martins de Oliveira, do município de Pium – TO, no valor**
198 **de R\$100.544,00 (cem mil quinhentos e quarenta e quatro reais) referentes à Emenda Parlamentar**
199 **Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes Oliveira, e no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil**
200 **reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26910005 do Parlamentar Irajá Abreu;** **7.2 – Proposta de**
201 **Projeto Nº. 12059635000/1150-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o**
202 **Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar do município de Pium – TO, no valor de**
203 **R\$100.000,00 (cem mil reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26910005 do Parlamentar Irajá**
204 **Abreu;** e, **7.3 – Proposta de Convênio Nº. 912059/15-001 para Reforma do Hospital de Pequeno**
205 **Porte Nestor da Silva Aguiar do município de Pium – TO, no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil**
206 **reais), referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes Oliveira;** A Secretaria
207 Municipal de Saúde de Pium, Sra. Irineuda Cosmo Leite Palma afirmou que esta solicitação visa
208 atender a necessidades do município e prestar o melhor atendimento à população. Item 7, com seus
209 respectivos subitens, aprovado pela plenária. **ITEM 8 – Pactuação e Aprovação das seguintes**
210 **propostas do município de Pindorama do Tocantins – TO:** **8.1 – Proposta de Projeto Nº.**
211 **11490763000/1150-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade**
212 **Básica de Saúde Benedito Oliveira Costa do município de Pindorama do Tocantins – TO, no valor de**
213 **R\$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29180007 do**
214 **Parlamentar Vicentinho Alves;** **8.2 – Proposta de Convênio Nº. 911490/15-001 para Reforma do**
215 **Hospital de Pequeno Porte (HPP) do município de Pindorama – TO, no valor de R\$300.000,00**

216 (trezentos mil reais), referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes
217 Oliveira: Item 8, com seus respectivos subitens, aprovado pela plenária. **ITEM 9 – Pactuação e**
218 **Aprovação das seguintes propostas do município de Santa Rita do Tocantins – TO:** **9.1 – Proposta de**
219 **Projeto Nº. 11230123000/1150-01 para Ampliação da Unidade Básica de Saúde do município de**
220 **Santa Rita do Tocantins – TO, no valor de R\$143.700,00 (cento e quarenta e três mil e setecentos**
221 **reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 23590005 da Parlamentar Kátia Abreu;** **9.2 – Proposta de**
222 **Projeto Nº. 11230123000/1150-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a**
223 **Unidade Básica de Saúde Terezinha de Jesus do município de Santa Rita do Tocantins – TO, no**
224 **valor de R\$106.265,00 (cento e seis mil e duzentos e sessenta e cinco reais) referentes à Emenda**
225 **Parlamentar Nº. 23590005 da Parlamentar Kátia Abreu:** Item 9, com seus respectivos subitens,
226 aprovado pela plenária. **ITEM 10 – Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto Nº.**
227 **12035302000/1150-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Posto de**
228 **Saúde de Araguaci e a Unidade Básica de Saúde Jacilândia do município de Araguanã – TO, no valor**
229 **de R\$299.962,67 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e**
230 **sete centavos) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26930001 da Parlamentar Dorinha Seabra**
231 **Rezende:** Item aprovado pela plenária. **Pontos de Inclusão de Pauta para Apresentação e**
232 **Homologação:** **ITEM 11 – Homologar as seguintes Resoluções Ad Referendum:** **11.2 –**
233 **RESOLUÇÃO – CIB Nº. 059/2015, de 14 de julho de 2015, Ad Referendum que Dispõe sobre a**
234 **Proposta de Projeto Nº. 13849028000/1150-01 para Aquisição de Equipamento de Hemodinâmica**
235 **para o Hospital Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres, e Aquisição de Equipamentos para o**
236 **Hospital Infantil de Palmas Dr. Hugo da Rocha Silva, referente à Emenda Parlamentar Nº. 26930002;**
237 **11.3 – RESOLUÇÃO – CIB Nº. 060/2015, de 15 de julho de 2015, Ad Referendum que Dispõe sobre**
238 **a Proposta de Projeto Nº. 11382032000/1150-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
239 **Permanentes para o Posto de Saúde Dr. Osvaldo Dias Brito e a Unidade de Saúde da Família, no**
40 **município de Tocantínia – TO, referente à Emenda Parlamentar Nº. 26900001; e,** **11.4 –**
241 **RESOLUÇÃO – CIB Nº. 061/2015, de 20 de julho de 2015, Ad Referendum que Dispõe sobre a**
242 **Proposta de Projeto Nº. 11382032000/1150-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
243 **Permanentes para o Posto de Saúde Dr. Osvaldo Dias Brito e a Unidade de Saúde da Família, no**
244 **município de Tocantínia – TO, referente à Emenda Parlamentar Nº. 23590005:** Item 11, com seus
245 respectivos subitens, aprovado pela plenária. A Superintendente de Planejamento do SUS, Sra. Luiza
246 Regina Dias Noleto afirmou que o prazo para cadastro das propostas por meio de emenda
247 parlamentar encerrou dia 16 de julho. E, destacou que houve uma mudança quanto à apresentação
248 das propostas junto à CIB, ressaltando que verificou que não haveria necessidade de Ad Referendum
249 para essas propostas. E, afirmou que, a partir de agora, a portaria se refere à necessidade de dar
250 conhecimento/ciência à CIR e CIB das propostas de emenda parlamentar. Reforçou que não há mais
251 a necessidade de anexar no sistema a Resolução da CIB, mas apenas o Termo de Compromisso. A

252 Sra. Nayara Samya afirmou que não seria mais necessária uma solicitação de urgência através de *Ad
253 Referendum*, porém poderá continuar sendo aprovado nas Reuniões Ordinárias da CIB, de modo que
254 os municípios tenham um documento de aprovação, caso futuramente seja necessário. A Sra. Luiza
255 complementou afirmando que os municípios não precisam mais ficar na “agonia” de uma urgência. O
256 Sr. Samuel concluiu o assunto informando que fica acordado que os municípios não precisam mais
257 solicitar *Ad Referendum* à CIB para aprovação de propostas de emenda parlamentar, mas continuam
258 fazendo a solicitação normal (por meio de formulário de inclusão de pauta) para aprovação nas
259 Reuniões Ordinárias da CIB. **Pontos de Inclusão de Pauta para Pactuação e Aprovação (pós-**
prazo): ITEM 12 – Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto Nº. 13973552000/1150-01 para
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro de Saúde Luisa Pinheiro Barros
do município de Dueré – TO, no valor de R\$199.990,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e
noventa reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29180007 do Parlamentar Vicentinho Alves:
Item aprovado pela plenária. ITEM 13 – Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto Nº.
11320420000/1150-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro de
Consultas Especializadas (CECEP) e Policlínica 303 Norte, do município de Palmas – TO, no valor de
R\$580.616,00 (quinhentos e oitenta mil e seiscentos e dezesseis reais) referentes à Emenda
Parlamentar Nº. 23590006 do Parlamentar Kátia Abreu: Item aprovado pela plenária. ITEM 14 –
Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto Nº. 11315054000/1150-01 para Aquisição de
Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro de Saúde Luzimangues do município de Porto
Nacional – TO, no valor de R\$99.958,00 (noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e oito reais)
referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29180007 do Parlamentar Vicentinho Alves: Item aprovado
pela plenária. ITEM 15 – Pactuação e Aprovação das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores
(DOMI) do Estado do Tocantins para o ano de 2015: A Técnica da Gerência de Desenvolvimento e
Políticas de Saúde, Sra. Marleide Aurélio da Silva iniciou sua exposição parabenizando a todos os
municípios, pois o Estado concluiu a alimentação do DOMI dos 139 (cento e trinta e nove) municípios
no sistema do Ministério da Saúde, destacando ainda que as diretrizes regionais estão também em
dia, faltando apenas esta do Estado que está sendo apresentada. Apresentou que a RESOLUÇÃO –
CIT Nº. 5, de 19 de junho de 2013, traz a obrigatoriedade das metas estaduais serem pactuadas na
CIB e, estas apresentadas foram construídas baseadas nas metas municipais e metas regionais
discutidas e pactuadas nas CIR. Informou que são 13 (treze) diretrizes e objetivos que já foram
aprovados, deste modo, citou as metas e indicadores para o ano de 2015, como segue: Indicador Nº.
1 - Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, com meta estadual em 93%
(noventa e três por cento); Nº. 2 - Proporção de internações por condições sensíveis a Atenção
Básica (ICSAB), com meta estadual em 30% (trinta por cento); Nº. 3 - Cobertura de acompanhamento
das condicionalidades de saúde do Programa bolsa Família, com meta estadual em 73% (setenta e
três por cento); Nº. 4 - Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal, com

288 meta estadual em 85% (oitenta e cinco por cento); Nº. 5 - Média da ação coletiva de escavação
289 dental supervisionada, com meta estadual em 3,5% (três vírgula cinco por cento); Nº. 6 - Proporção
290 de exodontia em relação aos procedimentos, com meta estadual em 8% (oito por cento); Nº. 7 -
291 Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente, com meta
292 estadual em 2,27% (dois vírgula vinte e sete por cento); Nº. 8 - Razão de internações clínico-
293 cirúrgicas de média complexidade e população residente, com meta estadual em 0,08% (zero vírgula
294 zero oito por cento). Quanto aos Indicadores específicos, definidos desde quando foi publicada a
295 Resolução – CIT Nº. 05, informou que ficou definido o Estado não irá pactuar, considerando que
296 estas não são obrigatorias. Deste modo, seguiu apresentando: Nº. 12 - Número de unidades de
297 saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado, com
298 meta estadual de 202 (duzentos e duas) unidades com o serviço implantado; Nº. 18 - Razão de
299 exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 (vinte e cinco) a 64 (sessenta e quatro)
00 anos e a população da mesma faixa etária, com meta estadual em 0,63 (zero vírgula sessenta e três);
301 Nº. 19 - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 (cinquenta)
302 a 69 (sessenta e nove) anos e população da mesma faixa etária, com meta estadual em 0,13 (zero
303 vírgula treze); Nº. 20 - Proporção de parto normal, com meta estadual em 48,68% (quarenta e oito
304 vírgula sessenta e oito por cento). Citou que por conta da dificuldade dos municípios desenvolverem
305 suas ações, muitas metas ficaram abaixo dos parâmetros, e então seguiu com a apresentação:
306 Indicador Nº. 21 - Proporção de nascidos vivos de mães com 7 (sete) ou mais consultas de pré-natal,
307 com meta estadual em 56,53% (cinquenta e seis vírgula cinquenta e três por cento); Nº. 22 - Número
308 de testes de sífilis por gestante, com meta estadual de no mínimo 2 (dois) por gestante; Nº. 23 -
309 Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência, com meta estadual em 11
310 (onze); Nº. 24 - Taxa de mortalidade infantil, com meta estadual em 11,88 (onze vírgula oitenta e
311 oito); Nº. 25 - Proporção de óbitos infantis e fetais investigados, com meta estadual em 80% (oitenta
312 por cento); Nº. 26 – Proporção de óbitos maternos investigados, com meta estadual em 100% (cem
313 por cento); Nº. 27 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados, com meta
314 estadual em 95% (noventa e cinco por cento); Nº. 28 - Número de casos novos de sífilis congênita em
315 menores de um ano de idade, com meta estadual em 111 (cento e onze); Nº. 29 - Cobertura de
316 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com meta estadual em 1,41 (um vírgula quarenta e um) por
317 100.000 (cem mil) habitantes; Nº. 30 - Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4
318 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias
319 crônicas), com meta estadual em 260,068 (duzentos e sessenta vírgula zero sessenta e oito) por
320 100.000 (cem mil) habitantes; Nº. 35 - Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da
321 Criança com coberturas vacinais alcançadas, com meta estadual em 70% (setenta por cento); Nº. 36
322 - Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, com meta estadual em 85%
323 (oitenta e cinco por cento); Nº. 37 - Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de

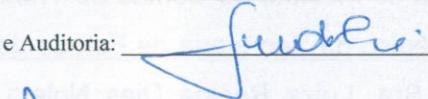
396 novecentos e cinquenta reais); Porto Nacional, R\$6.600,00 (seis mil e seiscentos reais); e,
397 Dianópolis, R\$1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais). Citou que, quanto à certificação, no
398 artigo 3º (terceiro) da portaria fica definido que o resultado detalhado será publicado pela
399 Coordenação Geral de Saúde Bucal. b. Portaria GM/MS Nº. 789, de 17 de junho de 2015, que
400 Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade –
401 para CAPS II de Colinas do Tocantins: O Técnico da Supervisão da PPI, Sra. Joatan Silva de Jesus
402 informou o recurso para o município de Colinas no valor de R\$57.375,00 (cinquenta e sete mil e
403 trezentos e setenta e cinco reais)/ano. B. – Informes da Secretaria Geral da Comissão Intergestores
404 Bipartite – CIB: a. PARAÍSO DO TOCANTINS – TO: Ordem de Início de Serviço referente à
405 Ampliação e Reforma da Unidade Básica de Saúde Vila Regina, localizada na Av. Brasil, 985, Qd. 32,
406 Setor Vila Regina, CEP Nº. 77600-000, Paraíso do Tocantins – TO, referente à Proposta de Projeto
407 Nº. 11230086000/1130-01; b. PARAÍSO DO TOCANTINS – TO: Ordem de Início de Serviço referente
408 à Ampliação da Unidade Básica de Saúde SESP, localizada na Rua Santos Dumont, 209, Bairro
409 Centro, CEP Nº. 77600-000, Paraíso do Tocantins – TO, referente à Proposta de Projeto Nº.
410 11230086000/1130-10; c. FIGUEIRÓPOLIS – TO: Certificado de Conclusão de Obra referente à
411 Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada nos Lotes 04, 05 e 06 da Quadra 50 do
412 Loteamento Cidade de Figueirópolis 2ª Etapa, CNES Nº. 7767730, Figueirópolis – TO, referente à
413 Proposta de Projeto Nº. 12028766000/1130-02; d. BOM JESUS DO TOCANTINS – TO: Ordem de
414 Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida
415 Aeroporto Esquina com a Rua Bom Jesus, Centro, CEP Nº. 77000-000, Bom Jesus do Tocantins –
416 TO; e. BOM JESUS DO TOCANTINS – TO: Termo de Recebimento Definitivo de Obra referente à
417 Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida Aeroporto Esquina com a Rua Bom
418 Jesus, Bom Jesus do Tocantins – TO; f. MONTE DO CARMO – TO: Atestado de Conclusão de Obra
419 referente à Construção do Pólo de Academia da Saúde, localizado na Av. Cônego Trindade Praça da
420 Rodoviária Zona Urbana, Centro, Monte do Carmo – TO, referente à Proposta de Projeto Nº.
421 11425245000/1120-03; g. FÁTIMA – TO: Certificado de Conclusão de Obra referente à Construção
422 da Unidade Básica de Saúde, localizada no Conjunto Habitacional Vila Tocantins Setor Aeroporto
423 S/N, Fátima – TO, referente à Proposta de Projeto Nº. 13138386000/1130-01; h. MONTE DO
424 CARMO – TO: Ordem de Início de Serviço referente à Reforma do Centro de Saúde, localizado na
425 Avenida Cônego Trindade, Centro, CNES Nº. 5317991, Monte do Carmo – TO. C. – Informe sobre os
426 Processos Seletivos para Docentes-Facilitadores de Cursos Operacionalizados pela Escola
427 Tocantinense do Sistema Único de Saúde (ETSUS): A Superintendente de Formação e Regulação do
428 Trabalho, Sra. Márcia Valéria R. de Q. Santana informou que os processos seletivos estão aberto e
429 foram publicados no Diário Oficial do Estado, então solicitou a ajuda de todos, especialmente dos
430 municípios, para que auxiliem nessa divulgação. Informou que a seleção é para: Curso de Formação
431 Inicial para Agentes Comunitários de Saúde que acontecerá em Palmas, Porto Nacional, Paraíso,

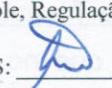
432 Augustinópolis e Dianópolis; Curso de Atualização para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem com
433 ênfase em Urgência e Emergência, sendo que, para participar da seleção é necessário curso de
434 graduação em Enfermagem; Curso de Qualificação em Auxiliar de Saúde Bucal, sendo necessário
435 ser graduado como Cirurgião Dentista; Curso em Acolhimento como Prática de Produção de Saúde,
436 com graduação em qualquer área de formação, desde que tenha atuação na área da saúde; Curso
437 de Cuidador de Idosos, com graduação em Enfermagem, Serviço Social, Fisioterapia ou Psicologia.
438 Informou que os processos estão abertos até o dia 05 de agosto de 2015, as inscrições podem ser
439 feitas na ETSUS, e o telefone de contato para maiores informações é 3218-6277. Acrescentou que
440 neste primeiro semestre estava sendo atendido o decreto de contingenciamento, então, a ETSUS não
441 iniciou o ano letivo, porém agora serão iniciados vários cursos, mas ainda depende-se de facilitadores
442 para a realização dos mesmos. Informou que a hora-aula para o graduado é no valor de R\$60,00
443 (sessenta reais), considerando ser este um valor bastante razoável, tendo em vista que foi feita uma
444 pesquisa nas instituições que pagam hora-aula, e foi verificado que as universidades de Palmas
445 pagam um valor menor que este. E, destacou que este valor teve como referência a Escola de
446 Contas do Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado. **D. – Informe sobre o Planejamento**
447 **Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins:** A Superintendente de Planejamento do
448 SUS, Sra. Luiza Regina Dias Noleto informou que no mês de abril foi iniciado um trabalho de
449 discussão para elaboração deste planejamento, com apoio ao projeto de governo, em que a
450 Secretaria de Estado da Saúde é uma das priorizadas. Informou que nesta discussão foram definidos
451 os objetivos estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde, e informou que tem uma versão deste
452 mapa estratégico impresso em forma de painel no corredor do piso superior do prédio e ainda será
453 disponibilizada a versão final no site da SESAU. Destacou ter sido um trabalho intenso, de muita
454 discussão interna a partir da visão, missão e valores da instituição. Informou que são 11 (onze)
455 objetivos estratégicos que necessitam ser perseguidos para que se consiga oferecer resposta à
456 necessidade de promover capacidade de gestão nos municípios. Ressaltou que foram trabalhados 2
457 (dois) públicos-alvo: População e Município, no intuito de fortalecer a capacidade de gestão estadual
458 e municipal. Em relação ao item 15 desta ata, apresentado pela Sra. Marleide Aurélio, a Sra. Luiza
459 Regina solicitou uma correção referente ao Indicador Nº. 40, onde se lê 82% (oitenta e dois por
460 cento), leia-se 85% (oitenta e cinco por cento). Em seguida, o Sr. Samuel Braga Bonilha informou que
461 foram envidados todos os esforços para resolução do problema em relação ao laboratório para
462 Preventivo do Câncer de Colo Uterino (PCCU), porém não foi alcançado o êxito, pois o processo foi
463 indeferido pela Procuradoria Geral do Estado. Destacou que a SESAU está com outro processo
464 adiantado na Procuradoria para receber um parecer, de modo que possa ser realizada a licitação do
465 serviço e resolvido o problema. Ressaltou que enquanto isso, tendo sido feito um levantamento junto
466 ao Laboratório COBRA, para se verificar o que se pode alcançar, dentro dos 25% (vinte e cinco por
467 cento), até resolver essa pendência. Em seguida, o Sr. Samuel registrou e agradeceu a presença da

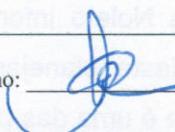
468 Prefeita de Peixe, Sra. Neila Pereira dos Santos que esteve acompanhando a reunião. E ainda,
469 parabenizou as aniversariantes, Sra. Luiza Regina Dias Noleto e a Sra. Ludmila Nunes Moreira
470 Barbosa. Fica citado ainda que, ao final desta reunião, foi verificada a inexistência de registro de
471 gravação através do sistema de áudio da mesa de som da Sala de Reuniões da SESAU, segundo a
472 Técnica da Gerência de Eventos, Sra. Camila Coelho Neris, responsável pelo sistema, por problemas
473 técnicos. Deste modo, toda a ata desta reunião foi redigida através de um vídeo gravado pela
474 Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite. O Sr. Samuel Braga Bonilha, Secretário de
475 Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB agradeceu a todos os presentes e, em seguida,
476 encerrou a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. E para constar foi lavrada a presente ata,
477 que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos
478 demais membros presentes nesta reunião.

479 Andrea Siqueira Montalvã/Ger. de Ciclo de Vida: _____

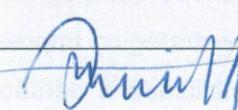
480 Luciana Ferreira M. da Silva/Dir. de Gestão da Vigilância em Saúde: _____

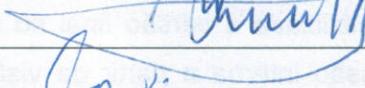
481 Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. Diretora de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria: 

482 Luiza Regina Dias Noleto/Sup. De Planejamento do SUS: 

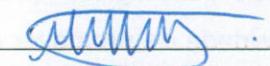
483 Márcia Valéria R. de Q. Santana/Sup. de Formação e Regulação do Trabalho: 

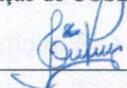
484 Raquel M. Soares Santana/Enf. Da Área Técnica Hospitalar da Dir. de Atenção Especializada: _____

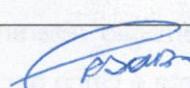
485 Robson José da Silva/Ger. da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer: 

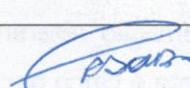
486 Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB: 

487 Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Dir. Adjunto Administrativo do COSEMS: 

488 Fabricio A. Segura/SMS de Araguanã e Dir. de Descentralização e Regionalização do COSEMS: 

489 Ireneuda C. Leite Palma/SMS de Pium e Dir. Financeira do COSEMS: 

490 José Nelson B. da Silva/SMS de Ananás e Conselheiro Fiscal do COSEMS: 

491 Juliano Ribeiro Souza/SMS de Natividade e Dir. Administrativo do COSEMS: 

492 Luiz Carlos Alves Teixeira/SMS de Palmas: _____

493 Maria da Conceição Nunes Brito/SMS de Cristalândia e Dir. Adjunta de Comunicação do COSEMS: _____

494 Rafael Dias Matos Araújo /SMS de Araguatins: _____

495 Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS: 